

# AS EDIÇÕES ELETRÔNICAS DA REF (E A DEMOCRATIZAÇÃO DO ACESSO À PRODUÇÃO ACADÊMICA E CIENTÍFICA)

SÔNIA WEIDNER MALUF  
Universidade Federal de Santa Catarina

**Resumo:** *Este artigo traz uma breve descrição das publicações eletrônicas da Revista Estudos Feministas e da inserção da REF em uma política de democratização do acesso à produção científica e acadêmica. Após uma breve descrição das três frentes de publicação eletrônica da Revista (na biblioteca eletrônica SciELO, no portal SciELO Social Science (SSS) e no Portal Feminista), são pontuadas algumas questões referentes à contribuição do campo de estudos feministas e de gênero para uma democratização do acesso à produção científica e acadêmica.*

**Palavras-chave:** *estudos feministas e de gênero; publicações feministas; publicações eletrônicas; democratização da produção científica.*

Este artigo traz uma breve descrição das publicações eletrônicas da REF e a inserção da Revista em uma política de democratização do acesso à produção científica e acadêmica. São basicamente três as publicações eletrônicas da REF, descritas na seqüência.

1) A edição da REF na scielo.br. A ScieELO é um portal de periódicos acadêmicos e científicos de acesso aberto e gratuito. Ou, conforme está definido na abertura do site, é uma "biblioteca eletrônica que abrange uma coleção selecionada de periódicos científicos brasileiros". Entrando no portal, o usuário tem acesso à lista dos periódicos, ao sumário de cada um e aos artigos integrais em versão PDF ou HTML. A REF tem sua versão eletrônica na SciELO desde 2001, perfazendo atualmente um total, até o final de 2007, de 17 números. É importante lembrar que a REF faz parte das oito primeiras revistas das área de humanas a ingressar na SciELO, ao lado de outras como a *Episteme* (de Filosofia), a *Lua Nova*, a *Revista de Sociologia e Política* e o periódico *São Paulo em Perspectiva*, entre outras. O comitê

---

Copyright © 2008 by Revista Estudos Feministas.

editorial da SciELO usa um conjunto de critérios cruzados para aprovar o ingresso de periódicos no portal, utilizando diferentes indexadores e as avaliações da Fapesp, do CNPq, além da avaliação por pares – formando em seu conjunto um corpus de avaliação da qualidade científica dos periódicos. Mas cabe colocar que a própria SciELO acabou virando uma espécie de indexador, na medida em que estar ou não no portal influencia a pontuação dos periódicos junto aos próprios comitês avaliadores. Além disso, ao longo do tempo a SciELO foi construindo critérios próprios, como a assiduidade ou a tendência adotada em 2004 de dar preferência ou de estimular os periódicos a publicarem mais de duas edições anuais. Nesse momento, a partir de uma avaliação sobre as implicações dessa demanda para a área de humanas, que teria uma temporalidade diferente das demais áreas em relação ao desenvolvimento das pesquisas e da produção de resultados e publicações, o comitê local da *REF* inicialmente reivindicou, junto com outros periódicos das humanas, que esse critério fosse revisto. No entanto, após uma avaliação do próprio aumento do fluxo de artigos propostos para publicação, decidiu aumentar o número de edições anuais. Assim, desde 2005 editamos três números anuais da *REF*, o que, cabe dizer, significou um aumento significativo do custo, do trabalho e do tempo despendido em sua confecção.

Um dado importante é que não necessariamente o periódico a ser integrado à SciELO é impresso. Existe a possibilidade de periódicos eletrônicos também serem selecionados, no entanto, a SciELO não realiza uma edição própria. Ela, como uma biblioteca eletrônica, apenas disponibiliza *on-line* os periódicos e os artigos tal e qual foram publicados.

Em 2004 uma segunda revista feminista foi incluída na SciELO, os *Cadernos Pagu*, que têm publicados onze números a partir do número 19 de 2002. Os *Cadernos Pagu* editam dois números por ano.

2) A segunda edição eletrônica da *REF* é na SciELO Social Science, um portal ligado à SciELO, mas que, buscando implementar uma política de tradução e visibilidade internacional da produção científica e acadêmica brasileira, disponibiliza os artigos em inglês. Uma das especificidades da SSS é que cada periódico tem direito a um volume por ano, com número de páginas proporcional ao número de artigos publicados por ano em cada periódico. Ou seja, existe uma seleção prévia dos artigos que serão traduzidos para o inglês e publicados no portal, sendo inclusos numa mesma edição artigos de diferentes números.

Entre nossos critérios de seleção de artigos para a tradução, além do critério de qualidade (já contemplado pelo fato de que praticamente todos os artigos, com exceção do dossiê, da seção Debates e das resenhas, passam por pareceristas *ad hoc* especialistas no tema do artigo), adotamos os seguintes critérios, buscando contemplar a proposta e o espírito geral do projeto da SciELO Social Science: temática nacional, reflexão teórica original e consistente; contribuição ao debate no campo dos estudos feministas e de gênero; autora ou autor que trabalhe no Brasil; e representatividade por áreas e representatividade regional (esses critérios são orientações gerais e não regras estritas, pois às vezes o mesmo tema pode ter abordagens tão diferentes e originais que vários artigos de uma mesma seção temática podem ser escolhidos. Foi o caso da seção Gênero e Juventude, que acabou fornecendo três artigos para a SciELO Social Science).

A *REF* foi um dos primeiros periódicos selecionados para publicação na SSS. Já publicamos duas edições, num total de 13 artigos, e estamos com uma terceira edição em vias de publicação. A SciELO Social Science é especializada em revistas da área e publica atualmente 29 periódicos nacionais e sul-americanos, sendo que desses a *REF* é a única do campo dos estudos de gênero. Nos dois primeiros volumes, foi o próprio projeto da SSS

que bancou o custo da publicação, sobretudo em sua parte mais cara, que são as traduções para o inglês. Com o esgotamento da verba inicial, a última reunião do comitê decidiu compartilhar os custos de tradução com os periódicos e com os autores – 1/3 seria pago pela SSS, 1/3 pelo periódico e 1/3 pelo autor. Apesar de ser uma solução pragmática que viabiliza a continuidade do portal, a decisão por incluir os autores no pagamento da publicação merece, no meu modo de ver, uma discussão mais aprofundada, na medida em que estende às revistas de Ciências Humanas uma prática que alguns periódicos internacionais, sobretudo de outras áreas, sustentam, que é o de cobrar para publicar. Minha posição pessoal é a de que a impossibilidade de algum autor arcar com esse custo de tradução não seja impeditivo para a sua publicação. A importância de se traduzir a produção nacional para o inglês, a língua franca da produção científica contemporânea, e divulgá-la amplamente é inegável.

3) O terceiro espaço de publicação eletrônica da REF é o Portal Feminista. Esse projeto foi inicialmente financiado pela Fundação Ford e pela UFSC (através de espaço físico, de recursos humanos etc.) e hoje busca formas não apenas de se manter como de se ampliar. O Portal Feminista tem em seu projeto inicial o objetivo de dar acesso e divulgar a produção do campo acadêmico feminista, incluindo não apenas a edição da REF como outras publicações do campo. Outras demandas foram surgindo, como a de ONGs que manifestaram, durante o Encontro Nacional de Publicações Feministas, realizado em duas edições, o desejo de que suas publicações fossem incorporadas ao Portal.

Atualmente nós publicamos no Portal Feminista quatro revistas brasileiras de estudos de gênero. Além da REF (que está disponível do número 0 até o último), os *Cadernos Pagu*, da Unicamp (do número 1 ao 27), o *Caderno Espaço Feminino*, publicado pela Universidade Federal de Uberlândia (do volume 9 ao 16), e a revista *Gênero*, editada pelo Nuteg, na Universidade Federal Fluminense (6 volumes). Além dessas revistas, o portal disponibiliza entrevistas do projeto Memórias do Feminismo.

Uma das tarefas urgentes relacionadas ao Portal se refere ao programa e à plataforma utilizada. Para a ampliação do portal, a inclusão não apenas de outras publicações, mas de bancos de dados com informações de todo o tipo sobre os estudos de gênero no Brasil, o abrigo de redes de pesquisadoras, a disponibilização de trabalhos, teses e dissertações, a constituição de uma biblioteca virtual de textos e livros sobre gênero e feminismo<sup>1</sup> etc., é preciso um programa mais ágil e com mais suporte que permita uma interface mais dinâmica e agradável que possa incluir as capas das revistas, por exemplo. Claro que um dos problemas é o de custo, e esse é um dos grandes desafios das publicações eletrônicas brasileiras dos quais eu vou falar um pouco logo a seguir.

Apesar de todas as dificuldades, o Portal é um dos projetos mais bem-sucedidos na América Latina de buscar sediar a diversidade das publicações acadêmicas e de ensaiar, através do projeto Memórias do Feminismo, a possibilidade de construção de um imenso banco de dados de livre acesso sobre o feminismo brasileiro e, por que não no futuro, latino-americano.

\*\*\*

A partir dessa breve descrição dessas três frentes de publicação eletrônica da REF, eu gostaria de lançar alguns pontos para uma reflexão sobre o tema.

---

<sup>1</sup> Uma idéia surgida durante o colóquio foi a de digitalizar obras clássicas do feminismo brasileiro e internacional, já esgotadas, e disponibilizá-las *on-line*.

1) O primeiro ponto diz respeito ao desafio de uma política de livre acesso à produção acadêmica e científica, quando sabemos que hoje no plano mundial algumas poucas empresas editoriais detêm grande parte do mercado de publicações científicas, vendendo caro o acesso (vide os gastos do governo brasileiro com a manutenção do Portal de Periódicos da Capes). E diz respeito ainda a que posição o campo acadêmico e científico brasileiro e particularmente no nosso caso o campo feminista acadêmico irá tomar em relação a essa tendência hegemônica. Nós temos boas notícias, além é claro do que já foi realizado com a construção da SciELO e de outros portais (como o feminista), que é, no plano mundial, o crescimento do movimento pelo livre acesso e, no caso brasileiro, a formação de uma ‘força-tarefa’ em prol do livre acesso à literatura científica. Já houve uma reunião em outubro de 2008, em Brasília, como proposta do Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia (IBICT) para discutir a disseminação da produção técnico-científica brasileira, a partir da construção de repositórios digitais da produção docente e discente. O IBICT está formando, por exemplo, a Biblioteca Digital Brasileira, que hoje tem mais de 55 mil teses e dissertações em texto integral; um processo que vai na contratendência do *lobby* mundial das grandes editoras científicas. Cabe citar aqui a existência do Projeto de Lei n. 1120/2007, que tem como objetivo derrubar as barreiras do acesso à informação científica. Ele prevê, por exemplo, que todas as instituições de nível superior disponibilizem a produção docente e discente de forma livre pela rede. Existe inclusive um abaixo-assinado *on-line* em apoio ao projeto. Se ele for aprovado, o Brasil será pioneiro na adoção de uma política de livre acesso – e certamente o campo brasileiro dos estudos feministas e de gênero tem bastante a contribuir em relação a isso.

Um dos grandes desafios é o de sustentabilidade dos portais de livre acesso, mas me parece que as experiências atuais vêm apontando alguns caminhos, como a procura por fontes alternativas de financiamento, através de projetos específicos e de trabalhos em equipe e formação de coletivos de trabalho (como temos feito nos últimos anos em relação à edição impressa da *REF*).

2) O segundo ponto diz respeito à possibilidade de se utilizarem os espaços de publicação *on-line* para construir articulações e redes de troca de informações, bibliotecas digitais, um banco de dados com informações sobre as pesquisas em andamento no campo do gênero, um estímulo a outras publicações feministas. Sabemos que um dos grandes problemas dos periódicos acadêmicos é o de distribuição. Através do portal, é possível que qualquer pessoa, em qualquer ponto do Brasil, da América Latina e do mundo que tenha acesso à internet leia a *REF*, por exemplo. Mas além do acesso às publicações, pode-se pensar no reforço das redes a partir desse e de outros portais – que podem ser articulados uns com os outros. Em relação especificamente à América Latina, observa-se nos últimos anos um significativo aumento de artigos propostos para a *REF* em língua espanhola vindos de países como Chile, Peru, Argentina e Cuba, o que demonstra que tanto a *REF* já é uma revista conhecida e respeitada entre as pesquisadoras desses países, quanto que há uma vontade por parte dessas pesquisadoras de se fazer conhecer pelo público brasileiro e de dialogar com o campo acadêmico brasileiro.

3) Uma terceira questão, que não tivemos tempo de desenvolver aqui, mas que tem sido tratada em outros fóruns, diz respeito a uma política de tradução da produção acadêmica no campo feminista. A iniciativa de criação da SciELO Social Science, por exemplo, que busca dar visibilidade à produção brasileira ao traduzi-la para o inglês, é uma experiência fundamental de reversão do quadro atual de uma política de tradução (parcial) de mão única: do inglês para as “línguas periféricas”. Parcial porque no Brasil inexistem projetos claros de versão para o português de textos fundamentais no campo das Humanas, e mesmo um desestímulo a isso por parte das agências que financiam os

periódicos acadêmicos e científicos. Isso cria uma dificuldade imensa, por exemplo, em relação aos cursos de graduação. A REF tem adotado uma política de tradução e publicação de textos não inéditos, mas que serão úteis para leitoras e leitores que não têm acesso a suas versões originais (não apenas em inglês) e não conhecem inglês ou outra língua estrangeira. No caso do inverso, ou seja, da tradução da produção brasileira para o inglês ou para outras línguas, a situação é mais precária ainda, com raras iniciativas (a SSS sendo uma delas) de implementação de uma nova perspectiva.

4) Por fim, uma última questão diz respeito à relação entre a edição impressa da revista e suas edições eletrônicas. Até este momento não se constata uma diminuição das vendas (diretas ou por assinatura) da REF após a construção do Portal e de sua disponibilização *on-line*. Pelo contrário, em nossas experiências de venda da Revista em encontros acadêmicos ou do movimento feminista pelo Brasil, em que sempre que é possível buscamos levar a Revista, instalar um balcão de vendas dos números avulsos e de assinaturas, o que se percebe é uma procura muito grande pela Revista por parte de estudantes, professoras, pesquisadoras, militantes de ONGs de várias partes do País. Se por um lado percebe-se um estímulo à produção editorial eletrônica, à criação de novas revistas *on-line* etc., por outro existe uma dificuldade muito grande por parte das instituições de fomento e dos órgãos avaliadores em julgar da mesma maneira periódicos exclusivamente eletrônicos. Por enquanto, o que a gente pode constatar é que a versão eletrônica não tem concorrido com a impressa, tem antes fortalecido a edição impressa da REF. Vamos ver o que o futuro dirá.

[Recebido em janeiro de 2008  
e aceito para publicação em março de 2008]

***The Digital Editions of Revista Estudos Feministas (and the Democratization of the Access to the Scientific and Academic Production)***

**Abstract:** *In this article we describe the electronic editions of Revista Estudos Feministas and our contribution towards a politics of democratization of the access to scientific and academic production. After a brief description of the three spaces of electronic editions of REF (the Electronic Library Scielo, the Scielo Social Science Portal and the Feminist Portal), we discuss the contribution of gender and feminist studies for the democratization of the access to the scientific and academic production.*

**Key Words:** *Feminist and Gender Studies; Feminist Publications; Electronic Publications; Democratization of Scientific Production.*